

autónomo destes ensaios de história industrial regional. Do mesmo modo, não resulta evidente a pertinência da construção das séries de salários, preços e exportações — supostamente para elucidarem de que forma é que a estrutura da procura influencia os ritmos de adaptação e inovação da produção industrial —, não obstante constituírem importantes exercícios de quantificação económica dos mercados interno e externo e do seu relacionamento com o tecido industrial.

Repito, parece que faltou juntar as últimas peças de um *puzzle* que, assim, resulta inacabado. Face à dimensão do que foi feito, é escasso o que ficou por fazer. Mas o resultado final ressent-se de uma insuficiente estruturação e interligação de alguns capítulos, tendo em vista a coerência global dos argumentos que servem a abordagem inovadora que Nuno Mardureira desenvolve.

*José Luís Cardoso*

*Maria João Vaz, Crime e Sociedade: Portugal na Segunda Metade do Século XX*, Lisboa, Celta, 1998.

Não há muitos trabalhos de índole histórica ou sociológica sobre a justiça em Portugal e os poucos que existem são medíocres. Dos vários ramos do poder, a justiça tem sido sempre o mais misterioso. Daí que os investigadores dela se tenham esquecido, permanecendo o que se

passa dentro e fora dos tribunais um mundo por estudar. Só por isso o trabalho de Maria João Vaz seria de louvar.

Mas ele tem ainda outros méritos. A começar, o da clareza da prosa. Sendo, como é, a adaptação de uma tese de mestrado, temia-se a invasão do jargão que tanto tem prejudicado a leitura destas obras. Se é verdade que num ou noutro momento — veja-se o segundo parágrafo da p. 1 — a autora se sentiu obrigada a uma vénia aos rituais da tribo, a maior parte do texto corre limpidamente nas suas 247 páginas. De louvar é ainda a clara definição do problema a tratar e a delimitação de fronteiras históricas. Por fim, a obra elucidá-nos não só sobre a criminalidade, mas também sobre o enquadramento legal em que as sanções penais foram ocorrendo.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, «Pensar e sentir o crime», a autora recua no tempo, tentando estudar o problema da violência no período anterior à Regeneração — um tipo de criminalidade que a agitação política da época estimulava — antes de analisar as reformas no campo da justiça criminal efectuadas durante a segunda metade do século XIX. Em seguida, fala-nos das concepções do crime, desde os tempos em que este era visto à luz da herança iluminista, passando, numa segunda fase, pela influência do positivismo, que levou os especialistas a encarar o crime como algo socialmente determinado e, por fim, a abordagem «científica» do crime, que conduziu a considerá-lo uma questão de saúde pública. Na

segunda parte da obra, a autora apresenta as estatísticas da criminalidade desde as décadas de 1830/40 até aos primeiros anos do século xx e analisa a geografia do crime e os seus autores.

Trabalhando sobre estatísticas pouco fiáveis, a autora é cautelosa nas conclusões. Apercebe-se de que os dados estatísticos não caem do Olimpo, mas são construções sociais. A certa altura diz, com justeza: «A lógica de funcionamento da organização das novas sociedades liberais, burguesas, industriais e capitalistas terá por si só originado uma expansão artificial do número de crimes.» E explica: «É que a vontade de legislar sobre tudo, encarada como garantia teórica da igualdade de todos perante a lei e da imparcialidade da sua acção, levou a que o número de acções consideradas crime se multiplicasse enormemente» (pp. 3-4). Um aumento no número dos crimes registados não equivale necessariamente a um aumento da criminalidade real.

Outro aspecto de que a autora está consciente diz respeito à eventualidade de discrepância entre o real e o legal: «Muitas das medidas preconizadas no plano teórico sobre a melhoria do aparelho de justiça e adequação dos seus agentes às novas exigências e à ideologia liberal [...] são consagradas pela legislação que se produz, mas revelam uma sistemática fraca concretização» (p. 25). Por outras palavras, não só, por incapacidade do aparelho de Estado, as leis não passavam frequentemente do papel,

como a própria sociedade se encarregava de transformar medidas teoricamente louváveis, como a instituição do júri, em algo que não funcionava. Nas suas palavras, «entre a população e o aparelho de justiça o fosso continuará sempre profundo (p. 26).

Um dos capítulos mais interessantes da II parte diz respeito aos chamados «perigos» da civilização. Como noutros países europeus, também em Portugal se debateu a forma como a urbanização estava a provocar um aumento na criminalidade. O desenraizamento dos ex-camponeses, a dificuldade de encontrarem um emprego estável, a possibilidade de fuga ao controle social, levaram a que certos indivíduos, especialmente em Lisboa, recorressem a meios ilícitos de sobrevivência. Isto gerou algum pânico entre as classes altas. Tradicionalmente vistos como obedientes, os trabalhadores passaram a ser olhados como potenciais criminosos. As interpretações positivistas do crime, então em voga, reflectiam «uma preocupação sobre a erosão das fronteiras que separavam o mundo do crime do mundo do trabalho» (p. 110). Um dos autores citados, Silveira da Mota, colocará a questão, de forma exemplar, num relatório publicado nos anos 1880.

A autora conclui que a imagem estereotipada do criminoso só parcialmente é justa: «Os delinquentes, de acordo com os dados estatísticos, são esmagadoramente homens, maioritariamente solteiros e em maior número jovens adultos. No entanto, com excepção da cidade de Lisboa, não

se trata de forasteiros que vêm desestabilizar a vida local» (p. 224). Mais interessante é o que diz sobre o crime típico, o qual nunca será, em Portugal, idêntico ao que ocorria, por essa altura, nas sociedades industrializadas. Na Europa do Norte, o crime contra a propriedade vinha à cabeça da lista; em Portugal, o lugar era ocupado pelos atentados contra as pessoas. Na sua simplicidade, esta obra contém informações úteis para qualquer historiador do período. Utilizando estatísticas, textos ensaísticos, legislação e relatórios, a autora dá-nos uma visão da forma como evoluiu o crime oitocentista e as suas representações. Esperemos que, em futuros trabalhos, ela possa aprofundar alguns dos temas — a eventual politização da classe dos juizes, a sua composição social, a forma como funcionava o júri, a questão dos testemunhos falsos — abordados na sua tese e que consiga usar, com outra profundidade, os jornais do período, um manancial riquíssimo para analisar, mesmo que de forma impressionista, o tipo de crimes mais frequentes.

*Maria Filomena Mónica*

*Hermínio Martins*, **Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social**, Lisboa, Edições Século XXI, 1996.

*Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social* é a primeira obra im-

portante, em formato de livro, que dá a conhecer em Portugal parte do trabalho e do pensamento de Hermínio Martins. Hermínio Martins nasceu em 1934, na então Lourenço Marques (hoje Maputo), tendo-se deslocado, em 1952, para Inglaterra, onde continua a viver. Licenciado em Economia pela London School of Economics, razões políticas obrigaram-no a continuar em Inglaterra. A sua vida universitária teve início na Universidade de Leeds, tendo trabalhado depois na Universidade de Essex (onde participou na fundação do Departamento de Sociologia), e nos EUA, nas Universidades de Harvard e da Pensilvânia. Hoje encontra-se radicado na Universidade de Oxford, no St. Antony's College.

*Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social* compõe-se de três partes e está estruturado em quatro longos ensaios, que, tal como grande parte dos escritos de Hermínio Martins, integram vários livros organizados por si e por outros autores. As duas primeiras partes do livro contêm um ensaio cada uma e a terceira dois ensaios. O primeiro estudo, de 63 páginas, intitula-se «A revolução 'kuhniana' e as suas implicações para a sociologia» e foi publicado, originalmente, em 1972, na obra de A. H. Hanson, T. Nossiter e Stein Rokkan (orgs.), *Imagination and Precision in the Social Sciences — Essays in Memory of Peter Nettl* (Londres, Faber). O segundo ensaio, de 77 páginas, intitula-se «Tempo e teoria na sociologia» e faz parte do livro, de 1974, organizado